



Não perca tempo

**Acesse tudo sobre empresas da B3 em um só lugar! Recomendação de analistas, preço-alvo, indicadores, notícias exclusivas e gráficos - tudo para você tomar decisões de investimento**

**Comece já! →**

PUBLICIDADE

EM ALTA

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

PÁTRIA

JURO NOS EUA

DESENROLA

## Estatais brasileiras vivem “institucionalização de retrocesso”, diz presidente da Amec

“Não queremos e não podemos ter empresas sendo geridas como extensão de ministérios”, afirmou Fábio Coelho

Por Juliana Schincariol, Valor — Rio

07/12/2023 10h37 · Atualizado há 4 horas

As estatais brasileiras vêm passando por um movimento de "institucionalização do retrocesso", e esse processo se intensificou em 2023, disse nesta quinta-feira (07) o presidente da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (Amec), Fábio Coelho.

As medidas tomadas para aprimoramento das estatais, nos últimos anos, em especial a criação da Lei das Estatais, foram fundamentais e ainda há espaço para aperfeiçoamento da governança das estatais. "Este tema é relevante para que não cometamos erros que vivemos num passado não tão distante", disse Coelho, ao participar do evento "A CVM e a democratização do Mercado de Capitais", no Rio.

O executivo citou o início do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, sobre a lei das Estatais, que foi criada em 2016, a reboque dos escândalos de corrupção, como a Operação Lava-Jato.

## Leia também:

**Ministra do STJ assume e alerta que o 'sistema está colapsando'**

**Agenda da descarbonização tende a acelerar, diz presidente da Vibra**

O STF adiou mais uma vez a conclusão do julgamento sobre a possibilidade ou não de indicações políticas a conselhos de administração ou diretorias de empresas estatais. Após um placar de 1 a 1, o ministro Nunes Marques pediu vista dos autos. Ele tem até 90 dias para devolver o caso à pauta.

Com isso, segue em vigor uma liminar concedida em março pelo ministro aposentado Ricardo Lewandowski, relator do caso, que deixou a Corte em abril. A decisão liberou a nomeação de ministros de Estado e secretários, além de ter derrubado a quarentena de 36 meses para pessoas que participaram de campanhas eleitorais ou integraram estruturas decisórias de partidos.

"Não queremos e não podemos ter empresas sendo geridas como extensão de ministérios... muitas vezes à revelia das melhores práticas e afrontando acionistas. O desmantelamento das salvaguardas que vemos recentemente não se coadunam às práticas regulatórias, voltando ao risco de politização de estatais", afirmou.



Fabio Coelho, presidente da Amec — Foto: Leo Pinheiro/Valor